

DA ARTE DE SER DO CONTRA

Em 1.º de fevereiro de 1773, a Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, presidida pelo Ministro Bento André Pereira, resolveu que não se fizesse a procissão de Cinzas (evento que, hoje, corresponde à procissão da Sexta-Feira Santa) para canalizar os recursos para a construção da nova igreja.

Entendo que foi uma sábia decisão e tento interpretar seus fundamentos, isto é, de um lado a procissão que se organiza, sai, passa pelas ruas e entra triunfalmente na igreja. Está bem que seja a tradição, mas guardados os andores, recolhido o cansado vigário, dispersados os piedosos e impiedosos fiéis, nada resta, a não ser flores murchas pisadas pelo caminhar do Povo de Deus. É a essência de todo espetáculo: a fugacidade. De outro lado a igreja a ser construída, de cantaria, cujo projeto indicava características de perenidade. É claro que o custo de uma procissão não corresponderia ao custo da construção da igreja, mas, sem dúvida, ajudaria. Hoje, quem contempla o majestoso templo barroco do Mestre Lima Cerqueira poderá escolher um pedacinho que seja, uma, duas ou três pedras do baldrame, uma porta travessa, alguns palmos da cimalha e dizer: — *Ali está a Procissão de Cinzas de 1773 que não foi realizada.*

Estou dizendo essas coisas porque vi o pessoal da CEMIG com grande aparato, preparando a iluminação de Natal: caminhões, caçambas, rolos de fios, arames, milhares de lâmpadas, fitas isolantes, pregos, parafusos, escadas, operários, uns fazendo, outros mandando fazer, outros ainda falando em celulares importantes, enfim, a logística. Vi, depois, as luzinhas acesas e, de fato, ficou muito bonito, pois somos inclinados a admirar a luz, sobretudo aquela que nos aparece como fora do comum. Passadas as festas de fim de ano, o mesmo pessoal recolhe a fiação e as luzinhas, voltando tudo ao normal sombrio.

Não tenho a menor idéia dos custos da montagem e do seu produto em funcionamento, embora possa supor que não seja coisa desprezível, a julgar pelo que pago dos kwh que aparecem na minha conta mensal e como Natal é festa das

igrejas fico a pensar na questão da perenidade versus fugacidade. Infelizmente não há mais um definitório, como havia no século XVIII, que pudesse optar por gastar recursos, por exemplo, na construção do Arquivo Eclesiástico em troca da iluminação de Natal. Acho que uns três ou quatro anos às escuras seriam suficientes. Se fossem acrescentadas as despesas com foguetes e fogos, em um ano o Arquivo estaria pronto.

No *site* da CEMIG verifiquei que a empresa é socialmente generosa, pois que garante a promoção de:

Eventos estruturadores e projetos de preservação do patrimônio são os eixos do programa de patrocínio da Cemig para projetos culturais, no âmbito do qual a empresa concede apoio financeiro e/ou logístico a projetos culturais, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura.

O programa distingue iniciativas que permitam formação de público, qualificação e capacitação de profissionais, o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de linguagens artísticas e gratuidade, tornando-se assim um investimento de base para o desenvolvimento do mercado cultural, não só em Belo Horizonte, mas também no interior de Minas.

Quem sabe seus dirigentes não estariam dispostos a negociar, em São João del-Rei, o fugaz em troca do perene? Na ausência do Ministro Bento André Pereira, creio que um bom interlocutor seria o Monsenhor Sebastião Raimundo de Paiva, Vigário Emérito da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar.

18/dezembro/2010
Oyama de Alencar Ramalho